

“Pois dize tu a El-Rei, ...”: Estética de conversação e linguagem arcaizante em *A Ilustre Casa de Ramires*

Orlando Grossegesse

Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)
ogro@elach.uminho.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5466-285X>

Neste estudo empreender-se-á uma análise da cultura de conversação provinciana em *A Ilustre Casa de Ramires*, na qual se destacam o fidalgo Gonçalo Ramires e André Cavaleiro, o político-dândi de Oliveira. Perante o diletantismo e a conversação, a tentativa de recuperar a palavra como apelo para a ação fica pela imersão num passado medieval idealizado, numa linguagem arcaizante. Nos avanços e recuos de Gonçalo ao escrever a novela *A Torre de D. Ramires* espelha-se – de uma forma não isenta de autoironia – o dilema de um Eça que se quer afastar do perfil de escritor-dândi, procurando uma saída da decadência nacional. Isto constitui não só um problema ético-moral, mas também discursivo. Contudo, *A Ilustre Casa de Ramires* não consegue uma superação da conversação tal como acontece em *A Cidade e as Serras* através do diálogo socrático e um projeto de (re)carnevalização.

Palavras-chave: conversação, decadência, diletantismo, rudeza, literatura gótica.

This paper will analyze the provincial conversational culture in *A Ilustre Casa de Ramires*, in which the nobleman Gonçalo Ramires and André Cavaleiro, the dandy politician from Oliveira, stand out. In the face of diletantism and conversation, the attempt to recover the word as a call to action ends up immersing oneself in an idealized medieval past, in an archaic language. In Gonçalo's advances and retreats when writing the novel *A Torre de D. Ramires*, we can see – in a way that is not devoid of self-irony – the dilemma of an Eça who wants to distance himself from the profile of a dandy-writer, seeking a way out of national decadence. This constitutes not only an ethical-moral problem, but also a discursive one. However, *A Ilustre Casa de Ramires* does not manage to overcome conversation as happens in *A Cidade e as Serras* through Socratic dialogue and a project of (re)carnivalization.

Keywords: conversation, decadence, diletantism, rudeness, gothic literature.

Entre *Os Maias* e *A Ilustre Casa de Ramires* existem semelhanças que indicam não só a persistência de preocupações do escritor, mas também a continuidade de um problema discursivo. Carlos Reis lembra que é “o incesto que parece condenar a família à extinção”, e, referindo-se ao segundo romance, constata que “a questão da descendência é comentada por Gonçalo, mas num tom jocoso que não impede que, pelo meio de expressões ligeiras, se coloque o problema da própria continuidade de Portugal” (Reis, 2014: 24). É precisamente esta discrepância entre o “tom jocoso” e a questão vital da continuidade ou extinção de uma família e até de um país, que interessa na abordagem que aqui proponho. Tal discrepância já surge em *Os Maias*, por exemplo no jantar do Hotel Central, quando João da Ega defende a necessidade terapêutica da invasão espanhola (Queirós, 2017: 208-209). É o mesmo dândi, triunfante graças à sua suprema capacidade de ironia irreverente e à mutabilidade de posições, que se vê aflito quando surge a missão urgente de comunicar ao seu amigo Carlos da Maia o facto do incesto.

No entendimento de *Os Maias* como um ‘romance de conversação’,¹ o discurso narrativo oscila entre o contágio pelo *discours de loisir* (Zima, 1980: 116) e a crítica da cultura de conversação. É uma crítica que procura ir além da posição do dândi assumida por João da Ega no seio do *high life* lisboeta representada neste romance, mas sem encontrar uma nova linguagem. A impossibilidade de comunicação relevante para a ação – Carlos continua o incesto sabendo dele – assinala um estado de decadência que deve ser entendido, para além de ético-moral, como *discursivo* (Grossegessse, 1991: 242). Observa-se uma consciência desta dimensão não só em *Os Maias*, mas também na historiografia de Oliveira Martins quando define a “decomposição nacional” atual e ainda em curso:

[Portugal] que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, senão impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade coletiva. (Martins, 1951: II, 325)

Assim termina o segundo volume da *História de Portugal*. Em 1879, Oliveira Martins descarta ainda a hipótese de que o heroísmo individual, o conjunto de virtudes numa só pessoa, possa travar essa decomposição. A partir de 1889, surge a mudança, inspirada em *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History* (1841) de Thomas Carlyle. O historiador com-

1 Vd. Grossegessse (1991: 148–252). Neste estudo sobre a estética e a crítica de conversação na obra queirosiana omite referências a *A ilustre casa de Ramires*.

preende Nun'Álvares como “o tipo culminante da energia própria desta nossa raça peninsular ibérica, idealista na alma, e afirmativamente heroica” (Martins, 1955: 446). Portanto, é no conceito de raça que se fundamenta a “aliança do heroísmo e da santidade” (310) como força salvadora no processo histórico coletivo,² projetando-a como lição para o presente:

Herdeiros das lições do passado, filhos de um mundo envelhecido, não podemos, é certo, repetir no seu objecto a devoção quase histórica dos santos medievais: mas havemos de aprender com os heróis, qual foi Nuno Álvares, de quanto o homem é capaz, desde que obedece aos impulsos generosos do seu coração e aos movimentos decididos da sua vontade enobrecida. (Martins, 1955: 446)

Após o Ultimato e depois de Oliveira Martins, profundamente desiludido, ter abandonado a pasta do ministério, em março de 1892, Eça até simpatiza com a tentação de “viver na História, e esquecer o *que é* na convivência do *que foi*” (Queirós, 1983, II: 250). Contudo, também não deixa de assinalar, com a ironia típica do *discours de loisir*, o abismo que separa a atual situação decadente de Portugal daquela aliança de heroísmo e santidade idealizada em Nuno Álvares.³ Sob este signo, interessa o modo jocoso e até galhofeiramente⁴ desrespeitoso para com a família do seu cunhado, com o qual Gonçalo fala à irmã acerca da urgência de dar sucessão aos Ramires:

– Pois é necessário um menino. Eu por mim não caso, não tenho jeito: e lá se vão desta feita Barrolos e Ramires! A extinção dos Barrolos é uma limpeza. Mas, acabados os Ramires, acaba Portugal. Portanto, Sr.a D. Graça Ramires, depressa, em nome da nação, um morgado! Um morgado muito gordo, que eu pretendo que se chame Trutesindo! (Queirós, 2014: 117)

Este apelo à irmã significa também um apelo ao cunhado que protesta: “– O quê? Turtésinho? Não! Para tal sorte não o fabrico eu!” (117). Porém, em termos de pragmática, a fala de Gonçalo não cumpre uma função apelativa, nem a resposta de José Barrolo indica conflito. Não reage à provocação implícita de considerar a “extinção dos Barolos” “uma limpeza” nem questiona a inatividade do próprio fidalgo justificada num simples “não tenho

2 Santidade ativa e não contemplativa – uma distinção discutida em “Um génio que era um santo” (1896), após o suicídio de Antero de Quental em setembro de 1891 (vd. Grossegasse, 1997: 147).

3 Veja-se o final duma carta, enviada em julho de 1892 a Oliveira Martins: “Cá estamos, na mesma *choldra* sim, mas numa *choldra* que é portuguesa, só nossa, toda nossa! *En attendant*, espero que te tenhas ocupado com o *Nun'Álvares*, de modo que, se tiveres de voltar ao carro do Estado, deixes esse herói e esse santo na tipografia.” (Queirós, 1983, II: 246)

4 Este advérbio é atribuído a seguir ao comportamento de Gonçalo (Queirós, 2014: 119).

jeito”. Tudo fica autorreferencial no sentido de conversação,⁵ sem relevância para a ação: “Mas Gracinha deteve aqueles gracejos picantes, desejosa de saber da Torre, e do Bento, e da Rosa cozinheira, e da horta, e dos pavões... Conversando, penetraram na outra sala, (...)” (117).

Barolo fundamenta a sua recusa de ‘fabricar’ um morgado no nome que Gonçalo pretende impor, deturpando “Tructesindo” em “Turtésinho”. Esta deturpação insinua, entendida como *pars pro toto*, um desajuste da projeção do passado medieval para o presente. A pretensão de Gonçalo vai no sentido contrário. Contudo, apenas fabrica uma novela, escrita numa linguagem arcaizante herdada da recriação da Idade Média no Romantismo⁶, concretamente no poemeto do tio Duarte. De acordo com José Lúcio Castanheiro dos *Anais de Literatura e de História*, esta “novelazinha sublime” (48) deve contribuir para uma “grande renovação social” (49). Contudo, a fala que apresenta esta “missão”, já anteriormente ironizada no discurso narrativo⁷, revela igualmente a sua subjugação à cultura de conversação:

Por essa história de Portugal fora, vocês são uma enfiada de Ramires de toda a beleza. Mesmo o desembargador, o que comeu numa ceia de Natal dois leitões!... É apenas uma barriga. Mas que barriga! Há nela uma pujança heroica que prova raça, a raça mais forte *do que promete a força humana*, como diz Camões. Dois leitões, caramba! (49)

Para além do exemplo grotesco de heroísmo, assumido pelo próprio Gonçalo quando anuncia aos amigos “uma fome terrível, «a fome histórica dos Ramires»” (65), o tom de conversa banaliza – neste caso – o conceito de raça; o mesmo no qual Oliveira Martins (1955: 310) fundamenta a “aliança do heroísmo e da santidade”, exemplificada no Condestabre Nun’Álvares. Insistindo na intencionalidade apelativa, Castanheiro coloca a missão patriótica da escrita literária ao mesmo patamar da publicidade de produtos:

5 Vd. Grossegesse (1991: 29), modelo inspirado na teorização da metalinguagem desenvolvida por Roland Barthes (1964: 130) e nas funções da linguagem de Roman Jakobson (1960).

6 Isabel Margarida Duarte (2004: 217) entende esta linguagem, até na sintaxe “de sabor arcaizante”, na função de “criar o efeito de real”.

7 “Ele [Gonçalo], de resto, anunciara já com simplicidade um romance em dois volumes fundado nos anais da sua Casa, num rude feito de sublime orgulho de Tructesindo Mendes Ramires, o amigo e alferes-mor de D. Sancho I. Por temperamento, por aquele saber especial de trajes e alfaia que revelara na D. Guiomar, até pela antiguidade da sua linhagem, Gonçalinho parecia gloriosamente votado a restaurar em Portugal o romance histórico. Possuía uma missão – e começou logo a passear pela Calçada, pensativo, com o gorro sobre os olhos, como quem anda reconstruindo um mundo. No ato desse ano levou o R.” (Queirós, 2014: 45)

Revelar Portugal, vulgarizar Portugal. Sim, amiguinho! Organizar, com estrondo, o reclamo de Portugal, de modo que todos o conheçam – ao menos como se conhece o *Xarope Peitoral de James*, hem? E que todos o adotem – ao menos como se adoptou o *sabão do Congo*, hem? (Queirós, 2014: 48; itálicos meus)

Esta função de propaganda coabita sem problema com a autopromoção, central no seio da cultura de conversação, à qual também se sujeita a política: “E depois, menino, a literatura leva a tudo em Portugal. (...). Pois, amigo, de folhetim em folhetim, se chega a S. Bento! A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos...” (49). Neste sentido, a publicitação da novela é mais importante do que a sua publicação consumada. Basta lembrar a carta de Castanheiro que lhe pede um “saboroso subtítulo”, prometendo “imensos cartazes, pregados a cada esquina de cada cidade de Portugal, anunciando em letras de côvado a aparição salvadora dos *Anais*!” (147) e o deleite do fidalgo com estes “imensos cartazes, com o seu nome e o título da sua Novela em letras de cores estridentes, enchendo cada esquina de Portugal” (147).

Importa situar Gonçalo Ramires na galeria de personagens queirosianas que se querem afirmar através da escrita literária na vida social e política; reparar na afinidade, embora remota, com Artur Corvelo em *A Capital!* (Queirós: 1992), um *parvenu* da província – concretamente, de Oliveira de Azeméis –, com ilusões de triunfar na capital com a publicação dos versos *Esmaltes e Jóias* e a estreia de *Amores de Poeta*.

Revela-se, já na atividade do jovem editor e autor d’*O Destruido de Évora*, a “consciência crítica (...) relativamente ao papel dos *media* e à decadência da linguagem funcionalizada pelo *discours de loisir*” (Grossegese, 2014: 139). Contudo, em *A Ilustre Casa de Ramires*, a cultura de conversação representada não procura recriar o *high life* lisboeta. É a ociosidade rural das quintas da aristocracia feudal orientada para o centro sociopolítico periférico de Vila Clara e a sua “Assembleia”, longe da capital – daí a relevância do telégrafo ao lado.⁸ Assim sendo, possui características mais próximas do salão da alta burguesia em *O Primo Basílio* do que dos jantares e eventos sociais em *Os Maias*. Obviamente, há uma afinidade com os *tableaux* de vida social na segunda parte de *A Cidade e as Serras* que, no entanto, têm uma funcionalização diferente. No meu entender, esta diferença – à qual voltaremos – sugere uma evolução literária posterior.

8 Esta relevância fica bem patente quando Gonçalo fica à espera de um telegrama de André Cavaleiro, com receios de uma traição, mas sempre mantendo *face work* (Goffman, 1967) de autopromoção: “Não entraria no telégrafo já com vergonha do Nunes. Mas gastaria a noite na Assembleia, jogando o bilhar, tomando um alegre chá, lendo rissonhamente os jornais regeneradores, para que todos recordassem a sua indiferença – se por acaso, mais tarde, conhecessem a trama em que resvalara.” (Queirós, 2014: 182).

Na mesma “Introdução” à edição de *A Ilustre Casa de Ramires* da qual citámos no início, Carlos Reis relembra o “modo como se insere, na ação d’*O Primo Basílio*, o processo de conceção e de recomposição, por Ernestinho Ledesma, do drama *Honra e Paixão*” (Reis, 2014: 19). A peça configura uma *mise en abyme* relativamente à história narrada em curso, comparável com o papel da novela *A Torre de D. Ramires*. O processo paulatino da escrita, repetidas vezes interrompido, faz parte do universo ficcional. Isto permite estabelecer relações entre o presente vivido por Gonçalo e uma ação situada na Idade Média, efabulada pelo próprio, transpondo “as fórmulas fluidas do Romantismo de 1846 para a sua prosa tersa e máscula (como confessava o Castanheiro), de ótima cor arcaica, lembrando *O bobo*” (Queirós, 2014: 52).

Nalguns momentos, a escrita permite ao seu autor – também primeiro leitor – a *rêverie* de uma identificação com “as energias magníficas dos seus fortes avós” (91). Acontece quando relê “o grito de fidelidade, tão altivo” – inventado pelo próprio “com inesperada inspiração” e não copiado do poemeto do tio Duarte; momentos depois, “à janela, com o colete desabotoado”, lança

o brado genial num grave e rouco tom, como o lançaria Tructesindo: – «...de mal com o Reino e com o rei, mas de bem com a honra e comigo!...» E sentia nele realmente toda a alma de um Ramires, como eles eram no século XII, de sublime lealdade, mais presos à sua palavra que um santo ao seu voto, (...). (91)

A união de palavra, honra e ação enérgica que Gonçalo idealiza no seu antepassado serve-lhe de antídoto contra uma realidade social, na qual só se consegue afirmar de forma inconstante e eticamente duvidosa.⁹ Contudo, o mesmo fidalgo não se abstém de *face-work* (Goffman, 1967) manipulativo, idealizando ou banalizando os seus atos perante a sociedade de Vila Clara. Basta pensar na falta de palavra do “Fidalgo da Torre” para com José Casco, posteriormente desmentida e relativizada perante as regras burguesas de escritura e assinatura em presença do tabelião; na sua cobardia perante o cajado erguido do lavrador furioso (Queirós, 2014: 208) e na “épopeia” deste confronto, na qual o cajado é substituído por “uma foice enorme” e até uma espingarda (211-212), transformando até a sua fuga numa prova de valentia, precisamente numa renúncia heroica de violência.¹⁰

9 Vd. a análise de Gonçalo como “patife encantador” por Paulo Franchetti (2000).

10 “(...)”, felizmente, nestes casos, não me falta decisão!” (Queirós, 2014: 212). Por outro lado, o fidalgo também faz ações espontâneas de bondade, tal como ceder o seu cavalo a um homem ferido, que lhe conferem “uma espécie de santificação popular” (Franchetti, 2000: 191).

Focando a função *mise en abyme* a partir da decadência definida – para além de ético-moral – na sua dimensão discursiva, a linguagem da “rudeza feudal dos seus avós” (53) opõe-se ao *discours de loisir*, ao qual a novela fica só exposta após a sua publicação, havendo apreciações no capítulo final na ausência do seu autor (373-74). De resto, trechos de *A Torre de D. Ramires* nunca entram em jantares – ao contrário do drama *Honra e Paixão*, recitado no salão, e do *Fado dos Ramires* do Videirinha, “rosário de heroicas quadras celebrando as lendas da casa ilustre” (79). Sendo um elemento valorizado na cultura de conversação de Vila Clara, isso não impede o sofrimento de Gonçalo quando recorda “o presunçoso verso do Videirinha, ainda nessa noite proclamado ao violão”:

Velha Casa de Ramires
Honra e flor de Portugal!
Como a flor murchara! Que mesquinha honra! E que contraste o do derradeiro
Gonçalo, encolhido no seu buraco de Santa Ireneia, com esses grandes avós Ramires
cantados pelo Videirinha – todos eles, se História e Lenda não mentiam, de vidas tão
triumfais e sonoras! (294)

“História e Lenda” se não mentem, manipulam. Gonçalo sabe disso, não só como ouvinte, mas também como autor que reescreve. Em *O Primo Basílio*, Jorge sofre, quando Ernestinho e o Conselheiro Acácio lhe relembram a sua anterior posição de justiceiro violento para com a esposa adúltera, mesmo se “fosse um caso da vida real” (Queirós, s/d: 47). O que no início não teve relevância para a ação, ficando tema de conversação – escandalizados, chamaram-no um Otelu e um Barba-Azul –, revela, depois do adultério consumado, a própria discrepância entre conversação e a suprimida comunicação útil, direcionada para a ‘vida real’: só Sebastião, torpe na conversação, atua para salvar Luísa.¹¹ Portanto, a violência está presente na conversação, porém logo atenuada ou suprimida.

É importante analisar esta questão em *A Ilustre Casa de Ramires*, partindo do campo semântico de animalidade no discurso de Gonçalo. Aparece não só no gracejo malicioso sobre o “Sr. André Cavaleiro, e sobretudo Cavalo, [...] um animal detestável que pastava na outra margem!” (Queirós, 2014: 47), mas também na narrativa sobre o Bastardo Lopo de Baião “como lobo em fojo” (321; 322), depois “amarrado sobre uma trave, aos pés de D. Tructesindo, como porco pelo Natal” (328-329).¹²

¹¹ Vd. análise do respetivo episódio (Queirós, s/d: 422-425) em Grossegessse (1991: 72-88).

¹² Compare-se o seu discurso sobre o Casco: “Em tempos do avô Tructesindo, vilão de tal atentado assaria, como porco montês, numa ruidosa fogueira, diante das barbacãs da Honra. Ainda em dias do bisavô Inácio apodreceria numa masmorra. E o Casco não podia escapar sem castigo.” (161)

A ‘rudeza’ é projetada nas camadas sociais inferiores e retroprojetada para tempos medievais. É com Ana Lucena que entra nas conversações de Vila Clara, logo quando Gonçalo se sente arrastada para “imagens brutais” ao pensar nela, “bela como uma bela égua... Mas aquela voz gorda, papuda” (118). Não por acaso, este retrato surge na mesma conversa sobre a desejada ‘fabricação’ de um Tructesindo. Posteriormente, ao adquirir relevância para a sua pretensão de casamento, Gonçalo esforça-se por harmonizar o “papá carnicheiro” de Ana Lucena¹³ com a nobre casa dos Ramires. Procurando um “Ramires carnicheiro” na árvore genealógica, encontra-o num sonho que parece parodiar *A Torre de D. Ramires*: “E à beira da água limosa, entre os canaviais, um homem monstruoso, peludo como uma fera, agachado no lodo, partia a rijos golpes, com um machado de pedra, postas de carne humana” (238). Em comparação com o pai de Ana Lucena, este Ramires da “primeira geração” aparece como carnicheiro superior, porque profissionalmente ligado à prática do canibalismo. Gonçalo, feliz com esta revelação, “acenava para Santa Maria de Craquede, para a formosa e perfumada D. Ana, bradando por cima dos Impérios e dos Tempos: – «Achei o meu avô carnicheiro!»” (239). É outro brado. Nele, ironiza-se a pretensão de projetar o passado remoto para uma missão salvadora no presente, desta vez com a perspectiva de ele próprio assumir a tarefa de ‘fabricar’ um Tructesindo, para a qual anteriormente disse não ter jeito (117). Mais tarde, reaparece nas reflexões de Gonçalo a ‘rudeza’ como denominador comum, contudo afastando-a da alta sociedade de Vila Clara no presente:

Sim! o pai carnicheiro, o irmão assassino... Mas também ele, entre tantos avós até aos Suevos ferozes, descortinaria algum avô carnicheiro; e a ocupação dos Ramires, através dos séculos heroicos, consistira realmente em assassinar. De resto o carnicheiro e o assassino, ambos mortos, sombras remotas, pertenciam a uma lenda que se apagava. D. Ana, pelo casamento, subira da população para a burguesia. Ele não a encontrava no talho do pai, nem no valhacouto do irmão – mas na quinta da *Feitosa*, já rica-dona, com procurador, com capelão, com lacaios, como uma antiga Ramires. (275)

A mesma ambiguidade caracteriza o projeto de recuperar a (suposta) energia feroz dos antepassados para o presente. É afastado do *discours de loisir* provinciano que Gonçalo empreende a reescrita da rudeza medieval

¹³ “Essa D. Ana assim tão honesta, tão perfumada, tão esplendidamente bela, só apresentava, mesmo como esposa, um feio *senão* – o papá carnicheiro.” (238). Neste sentido, é comparável com Maria Eduarda, filha de um negreiro, cujo corpo aparece, depois do incesto ciente, como “forte demais, musculoso, de grossos membros de Amazona bárbara, com todas as belezas copiosas do animal de prazer. Nos seus cabelos de um lustre tão macio, sentia agora inesperadamente uma rudeza de juba.” (Queirós, 2017: 650).

em *A Torre de D. Ramires*. Ao contrário de *Honra e Paixão* em *O Primo Basílio*, a violência não é atenuada; persiste e leva à atuação cruel na ‘vida real’, criando a ilusão momentânea de reatar o heroísmo brutal dos Ramires construído na escrita. Concordo com a leitura de Ofélia Paiva Monteiro: na realidade, trata-se de “uma valentia ‘à rebours’”; é “uma face da pusilanimidade, não a reconquista pelo Fidalgo da energia ramírica” (Monteiro, 2014: 26).

Gonçalo vinga-se pela humilhação anterior, emendando a sua cobardia pelo *ato arcaizante* de justiça pelas próprias mãos. Desta vez – ao contrário do que aconteceu no caso de José Casco – prescinde da ordem burguesa, representada pelo administrador João Gouveia.¹⁴ Berrando “Ah cão, ah cão!” e lançando a égua, com o chicote alto (Queirós, 2014: 304), age como se reentrasse nos tempos do feudalismo medieval para se sentir um “varão novo, soberbamente virilizado, liberto enfim da sombra que tão dolorosamente assombrara a sua vida, a sombra mole e torpe do seu medo!” (307). Não deixa de ser significativo que, retomando a sua escrita na mesma noite, aponte na margem do manuscrito: «*Hoje, na freguesia da Grainha, tive uma briga terrível com dois homens que me assaltaram a pau e tiro, e que castiguei severamente...*». Assim, a descrição sucinta do seu ato junta-se à linguagem arcaizante na qual mergulha novamente: “[...], atacou o lance de tanto sabor medieval, em que Tructesindo Ramires, correndo no rasto do Bastardo, penetrava, ao espalhado e fumarento clarão dos archotes, no arraial de D. Pedro de Castro” (320).

Num estudo anterior (Grossegese, 2020), argumento a partir do conceito do diletantismo de Paul Bourget, que Eça bem conhecia. Apesar de o termo ‘diletaante’ não aparecer neste romance, concretiza-se em Gonçalo Ramires, tal como antes em Carlos da Maia ou em Teodorico Raposo. Deixando de confinar o seu diletantismo à reescrita do heroísmo medieval da nobre linhagem dos Ramires em forma de uma novela histórica, aproxima-se do que Eça chegou a definir, num artigo publicado em abril de 1892, como um novo tipo de diletaante, à primeira vista paradoxal: o “*dilettante da acção*” (Queirós, 2002: 252). Exemplifica este conceito no jovem rei prussiano Guilherme II, na altura há quase quatro anos imperador do *Deutsches Reich*. O fidalgo da ‘nobre raça’ dos Ramires aparece em analogia com este último representante da casa dos Hohenzollern “em que se somaram [...] todas as qualidades [...] que alternadamente caracterizavam os reis sucessivos desta felicíssima raça de fidalgotes do Bradeburgo [sic]...” (252). Neste retrato, de

¹⁴ “Expliquei bem ao Sr. João Gouveia... Detesto vinganças. Não estão nos meus hábitos, nem nos hábitos da minha família. Nunca houve um Ramires que se vingasse. Quero dizer, sim, houve, mas...” (Queirós, 2014: 342).

extrema ironia, Eça destaca a autopromoção, falando de uma aliança “Guilherme & Deus” e, profeticamente, da “forma da Acção mais sedutora para um rei, – a guerra, e as suas glórias” (255).

A um nível mais circunscrito, o heroísmo diletante do fidalgo lusitano se espalha na cultura de conversação: de forma imediata, através da sua repetida narrativa dramaticamente encenada, seguida pelas felicitações pessoais, até à sua entrada triunfal em duas novas trovas do *Fado dos Ramires*, “improvisadas [...], em que [o Videirinha] o exaltava acima dos outros Ramires, da História e da Lenda!” (Queirós, 2014: 323).

Depois, são os telegramas e as notícias de jornais que alimentam a sua promoção avidamente desejada, espalhando-se para além do pequeno círculo de Vila Clara: “– Que terão dito os jornais de Lisboa? [...]. De tarde, Gonçalo correu a Vila Clara, à Assembleia, para devorar os outros jornais de Lisboa, os do Porto. Todos contavam, todos celebravam!” (325). Com a sua novela já publicitada, regozija-se com a ilusão de ele próprio pós-figurar a união camonianiana de ‘espada e pena’ e de tirar da imagem socialmente valiosa vantagem política. Novamente, é o Castanheiro – sem revelar a sua autoria – que dá maior voz a esta ilusão, aproveitando a transformação mediática do incidente na freguesia da Grainha em sensacional ‘evento’ a nível nacional também para a promoção da sua nova revista:

Os jornais de Lisboa glorificavam sobretudo «a coragem esplêndida do Sr. Gonçalo Ramires». E o mais ardente era *A Manhã*, num verboso artigo (decerto escrito pelo Castanheiro), recordando as heroicas tradições da Casa ilustre, esboçando as belezas do Castelo de Santa Ireneia e terminando por afirmar que, «agora, se esperava com redobrada ansiedade a aparição da Novela de Gonçalo Ramires, fundada sobre um feito de seu avô Tructesindo no século XII, e prometida para o primeiro número dos *Anais de Literatura e de História*, a nova revista do nosso querido amigo Lúcio Castanheiro, esse benemérito restaurador da consciência heroica de Portugal!» (324-25)

A escrita do capítulo final de *A Torre de D. Ramires* acontece após esses processos mediáticos, ao longo de uma semana, e inicia – a meu ver – uma viragem nas relações entre a situação finalmente bem-aventurada de Gonçalo e a narrativa. Foquemo-nos na dimensão discursiva da *mise en abyme*: o fidalgo desenvolve neste capítulo final o maior esforço de criatividade literária, lançando-se na descrição minuciosa do plano e da execução da horrível vingança aplicada ao Bastardo Lopo de Baião, apesar de “esse final quase o repelia, com o seu sujo horror” (329). Vai muito mais longe do que o tio Duarte que no seu poemeto “apenas o esboçara, com esquiva indecisão, como nobre lírico que ante uma visão de bruta ferocidade solta um lamento, resguarda a lira, e desvia para sendas mais doces” (329). Certamente, esta

recusa imita – ou parodia, ao nível do autor implícito do romance – o célebre episódio dantesco do faminto Conde Ugolino della Gherardesca (*Inferno*, XXXIII), no qual apenas se insinua o canibalismo. Numa clara transgressão dos limites do sublime horroroso, Gonçalo trilha a senda da literatura gótica, reforçando ainda mais os detalhes nesta linguagem arcaizante que lhe oferece a ‘licença’ de mergulhar na rudeza medieval.

Esta transgressão pode ser entendida de forma ambivalente, ou marcando uma maior rutura com a cultura de conversação, na qual se costuma atenuar a violência, ou procurando maior sensação no seio dela. Um argumento para a segunda alternativa é o reflexo *mise en abyme* da publicitação do castigo que Gonçalo aplicou ao valentão de Nacejas. O castigo inventado por D. Garcia Viegas, *o sabedor*, e ocultado até ao lugar do suplício como surpresa – “Nem enforcado, nem degolado, nem afogado... Mas chupado, senhores! Chupado em vida, e devagar, pelas grandes sanguessugas que enchem toda essa água negra!” (Queirós, 2014: 332) – é “para se contar em livros! E não tereis este inverno serão à lareira, por todos os solares de Minho a Douro, em que não volte a história deste Pego, e deste feito!” (335-36; ambas as citações são discurso direto de D. Garcia Viegas). Acabada a obra, Gonçalo imagina-se o êxito da sua novela no sentido da literatura gótica. O efeito de horror não-sublimado coabita com a promoção da casa dos Ramires:

A multidão ama, nas Novelas, os grandes furores, o sangue pingando: e em breve os *Anais* espalhariam, por todo o Portugal, a fama daquela Casa ilustre, que armara mesnadas, arrasara castelos, saqueara comarcas por orgulho de pendão, e afrontara arrogantemente os Reis na cúria e nos campos de lide. (341-42)

Aproximando-se ao perfil de um Ramires carniceiro, afirma-se uma crueldade que ultrapassa uma atitude transponível para o presente. Contudo, Gonçalo “não sentia o contentamento esperado” (342):

Até esse suplício do Bastardo lhe deixara uma aversão por aquele remoto mundo afonsino, tão bestial, tão desumano! Se ao menos o consolasse a certeza de que reconstituíra, com luminosa verdade, o ser moral desses avós bravios... Mas quê! Bem receava que sob desconsertadas armaduras, de pouca exatidão arqueológica, apenas se esfumassem incertas almas de nenhuma realidade histórica... Até duvidava que sanguessugas recobrissem, trepando dum charco, o corpo dum homem, e o sugassem das coxas às barbas, enquanto uma hoste mastiga a ração!... (341)

Em termos discursivos, com estas incertezas finda a ilusão – sobretudo alimentado pelo Castanheiro – de obrar uma missão terapêutica. Através da linguagem arcaizante não se consegue uma renovada união entre palavra e ação.

No jantar que celebra o regresso de André Cavaleiro, já não lhe interessa o elogio exagerado da sua novela que o mesmo lhe transmite do editor Castanheiro¹⁵; também não fica impressionado pela “grande surpresa” (360) a ser preparada neste jantar pelo Cavaleiro, o obséquio régio do título “marquês de Treixedo”. A linguagem arcaizante invade, pela primeira e última vez, a fala de Gonçalo no contexto da cultura de conversação:

E Gonçalo, muito simplesmente, sem fumaça ou pompa, com o mesmo sorriso de suave gracejo:

– Perdão, Andrezinho. Ainda não havia Reis de Portugal, nem sequer Portugal, e já meus avós Ramires tinham solar em Treixedo! Eu aprovo os grandes dons entre os grandes Fidalgos; mas cumpre aos mais antigos começarem. El-Rei tem uma quinta ao pé de Beja; creio eu, o Roncão. Pois dize tu a El-Rei, que eu tenho imenso gosto em o fazer, a ele, marquês do Roncão. (361)

Com esta transgressão do *discours de loisir* por parte de Gonçalo¹⁶, a qual deixa o Cavaleiro “furioso, mas vergando os ombros com irónica submissão” (362), afirma-se finalmente uma vontade no sentido daquele brado que, num raro momento de inspiração, inventou: «...de mal com o Reino e com o rei, mas de bem com a honra e comigo!...» (91).

Na já duas vezes referida “Introdução” à edição de *A Ilustre Casa de Ramires*, Carlos Reis fala de um final “de certa forma inconclusivo” (Reis, 2014: 28), a dois níveis, ao nível diegético e ao nível da génese textual que fundamenta a classificação do romance como semipóstumo.¹⁷ Focando o primeiro, a leitura alegórica final de Gonçalo como “Portugal” (Queirós, 2014: 375) não só se faz através de uma das personagens, João Gouveia, mas sobretudo ela acontece em conversa entre amigos.¹⁸ Retoma uma equação implícita na fala de “acabados os Ramires, acaba Portugal”, quando Gonçalo apela, em tom jocoso, à sua irmã e ao seu cunhado para ‘fabricarem’ um “morgado muito gordo, que eu pretendo que se chame Tructesindo” (117).

15 “Lá encontrei também o Castanheiro... Entusiasmado com o teu romance. Parece que nem no Herculano, nem no Rebelo existe nada tão forte, como reconstrução histórica. O Castanheiro prefere mesmo o teu realismo épico ao do Flaubert, na *Salammbo*. Enfim, entusiasmado! E nós, está claro, ardendo por que apareça a sublime obra.” (Queirós, 2014: 349)
Veja-se a apropriação do *incipit* de *Salammbo*: “Era nos Paços de Santa Ireneia, numa noite de Inverno, na sala alta da alcáçova...” (Queirós, 2014: 52).

16 Não deixa de ser interessante que algumas edições de *A Ilustre Casa de Ramires* corrigem o apelo arcaizante “Pois dize tu a El-Rei” em “Pois diz tu a El-Rei” (p. ex. Queirós, 1995: 313).

17 “Eça não terá revisto este capítulo e seguramente não acompanhou a publicação do romance (revisão de provas, emendas subsequentes, etc.), ocorrida pouco tempo depois da sua morte.” (Reis, 2014: 28).

18 “Por fim, é a personagem João Gouveia (e não o narrador) que, com as limitações próprias de uma opinião individual e em conversa com os amigos, acaba por afirmar o significado, para ele conclusivo, de Gonçalo Mendes Ramires.” (Reis, 2014: 28). Cf. também Monteiro (2014: 37).

É este contágio conversacional – e não apenas a “multivocalidade” (Ledesma Alonso, 2022: 55), também presente neste *tableau* final por ocasião do esperado regresso do fidalgo¹⁹, – que assinala *in nuce* o dilema discursivo que caracteriza *A Ilustre Casa de Ramires*, dilema esse herdado do ‘romance de conversação’ *Os Maias* (Grossegessse, 1991: 274–252). A linguagem arcaizante de *A Torre de D. Ramires* não se consegue afirmar perante o *discours de losir*. Contudo, resvalando no capítulo final para a literatura gótica, a novela histórica de Gonçalo não deixa de dar também voz ao mesmo ‘fantasma’ da extinção que o aflige no presente (disfarçando, como vimos, esta aflição), quando Lopo de Baião, moribundo, solta “ultrajes e ameaças contra Tructesindo covarde, e contra toda a raça de Ramires, que ele emprazava, dentro do ano, para as labaredas do Inferno!” (Queirós, 2014: 335).²⁰

Tal como *A Cidade e as Serras*, o romance não oferece – ao nível do autor implícito – uma solução monológica que fundamente uma lição ideológica. No entanto, ao contrário de *A Cidade e as Serras*, falta-lhe a negação da conversação através do diálogo socrático bem como o projeto de carnavaizar a escrita literária na tradição da sátira menipeia.²¹ Há, porém, uma certeza no que se refere à linguagem arcaizante e à realização transgressiva do sublime horroroso, típica da literatura gótica. O próprio Eça de Queirós fez experimentos neste sentido, como o fragmento *Engelberto* (Queirós, 2003) comprova²², antes de projetá-los em Gonçalo, não isento de “irónica autocrítica” (Reis, 2014: 21). Deve ter percebido que tal escrita não é portadora de uma recuperação de vontade no sentido de uma superação do diletantismo, não oferecendo uma saída discursiva.²³ Esta certeza coaduna-se plenamente com a atitude cética de Eça de Queirós perante o “renascimento do Patriotismo” provocado pelo Ultimato Britânico.²⁴

19 Veja-se como Titó corta a ‘discussão’ sobre a utilidade das colónias: “Essas questões de África são para depois, com o Gonçalo, à sobremesa...” (Queirós, 2014: 370).

20 O adjetivo “covarde” surge por primeira vez na fala de Tructesindo que precede o assassinio do seu filho pelas mãos de Lopo de Baião: “Com esta [espada], covarde! com esta! Para que seja puro, não vil como o teu, o ferro que atravessar o coração de meu filho!” (260).

21 Sobre esta questão vd. Grossegessse (1991: 294-309; 2013), destacando a relevância do ensaio programático “A Decadência do Riso” (1892) que entra em ‘diálogo’, não só com os *Essais de psychologie contemporaine* de Bourget, mas também com a receção da filosofia de Schopenhauer no contexto finissecular francês. Eça propaga uma união entre riso, animalidade e natureza como opção desejável perante a atual decadência do riso (Queirós, 2002: 239–240).

22 Vd. também as narrativas “O tesouro”, “A aia” e “O defunto” que foram publicados na *Gazeta de Notícias*, respetivamente nos anos de 1893, 1894 e 1895.

23 Neste contexto, as *Lendas de Santos* constituem outra “tentativa de encontrar uma ‘nova escrita’ perante o diletantismo e o pessimismo, uma linguagem de ‘alma simples’ (...)” (Grossegessse, 1997: 151).

24 Vd. a carta que Eça escreve desde Paris a Oliveira Martins, em 28 de janeiro de 1890 (Queirós, 1983, II: 34–35).

Referências

- QUEIRÓS, José Maria Eça de (s/d). *O Primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil.
- ____ (1983). *Correspondência*. Ed. Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 vols.
- ____ (1992). *A Capital! (começos duma carreira)*. Ed. crítica de L. Fagundes Duarte. Lisboa: IN-CM.
- ____ (1995). *A Ilustre Casa de Ramires*. Introdução de M. I. Leitão & F. Santana, Lisboa: Biblioteca Ulisseia.
- ____ (2002). *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição crítica de Elza Miné & Neuma Cavalcante. Lisboa: IN – CM.
- ____ (2003). “Engelberto.” *Contos II*. Ed. crítica de Marie-Hélène Piwnik. Lisboa: IN-CM. 100–117.
- ____ (2014). *A Ilustre Casa de Ramires*. Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa. Lisboa: IN-CM. Introdução de Carlos Reis.
- ____ (2017). *Os Maias. Episódios da vida romântica*. Ed. crítica de Carlos Reis & Maria do Rosário Cunha. Lisboa: IN-CM.
- BARTHES, Roland (1964). “Éléments de sémiologie.” *Communications* [Recherches sémiologiques], 4: 91–135.
- DUARTE, Isabel Margarida (2004). “A Ilustre Casa de Ramires: Maturidade do relato de discurso em Eça de Queirós.” *Actas do Colóquio Internacional História e Literatura*. Porto. vol. I: 215–221.
- FRANCHETTI, Paulo (2000). “Um patife encantador?” *A ilustre Casa de Ramires. Cem anos*. Ed. Beatriz Berrini. São Paulo: EDUC. 185–199.
- GOFFMAN, Erving (1967). “On Face-Work. An analysis of Ritual Elements in Social Interaction.” *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. Garden City, N.Y.: Doubleday. 5–45.
- GROSSEGESSE, Orlando (1991). *Konversation und Roman. Untersuchungen zum Werk von Eça de Queiroz*. Stuttgart: Franz Steiner.
- ____ (1997). “A santidade como problema discursivo. De A Relíquia às Lendas de Santos.” *Actas do Colóquio Internacional Eça de Queirós – 150 anos do Nascimento* [1995], *Vária Escrita*, 4: 139–154.
- ____ (2013). “Crítica do dandismo e carnavalização. A Cidade e as Serras no contexto europeu.” *O Século do Romance. Realismo e Naturalismo na Ficção Oitocentista*. Eds. António Apolinário Lourenço, Maria Helena Santana & Maria João Simões. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. 369–382.
- ____ (2014). “Jornais e high life. Sobre o papel dos media nos romances queirosianos.” *Eça de Queirós no contexto da História dos Media. Queirosiana*, 23 / 24: 133–145.
- ____ (2020). “O problema do diletantismo e a ‘tentação’ do romance histórico em Eça de Queirós.” *A História portuguesa na narrativa oitocentista: de Herculano ao fin-de-*

- siècle. Eds. Luciene Marie Pavanelo & Paulo Motta Oliveira. Rio de Janeiro: Oficina Raquel. 123–149.
- JAKOBSON, Roman (1960). “Linguistics and poetics.” *Style in Language*. Ed. T. Sebeok. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press. 350–377
- LEDESMA ALONSO, Ricardo (2022). “A ficção da história nacional portuguesa em *A Ilustre Casa de Ramires*.” *Ler História*, 81: 45–67.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1951). *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2 vols. [1.ª ed. 1879].
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (2014). “A figuração ‘problematizadora’ de Gonçalo Ramires.” *Revista de Estudos Literários*, 4: 15–42.
- ____ (1955). *A vida de Nun'Álvares*. Lisboa: Guimarães [1.ª ed. 1893].
- REIS, Carlos (2014). “Introdução.” *A Ilustre Casa de Ramires*. Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa. Lisboa: IN-CM. 7–29.
- ZIMA, Pierre (1980). *Lambivalence romanesque: Proust, Kafka, Musil*. Paris: Sycomore.

